

## Cultura e Política nos “Jardins das Letras”

Mestranda Evanildes Teixeira da Silva<sup>i</sup> (UNEB)  
Orientador Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos<sup>ii</sup> (UNEB)

### **Resumo:**

*Este artigo propõe reflexões sobre o discurso político das Diretrizes Curriculares acerca do perfil profissional de Letras, cotejando com o que dizem os pesquisadores acerca do campo de atuação desses intelectuais. Entende-se que o cultural e o político não estão dissociados do “jardim das letras”, pois não se trata mais de opor linguagem e sociedade, literatura e cultura. As mudanças curriculares vêm atribuindo ao curso um caráter político e científico, através do ensino, pesquisa e extensão, TCC e atividades acadêmicas curriculares. No entanto, observou-se que os cursos de Letras ainda podem avançar mais em suas atribuições, se houver uma formação cultural política que lhe dê instrumentos para atuar em outros campos de trabalhos como o da cultura.*

**Palavras-chave:** Curso de Letras, perfil profissional e políticas culturais.

## **1 Introdução**

Os intelectuais de Letras lidam com a cultura da linguagem, com o simbólico, o literário e o não-literário. A compreensão da abertura do signo, da noção de que os sentidos não são fixos, e de que o “hibridismo permeia toda a linguagem” (Bhabha, 2011), faculta o pensamento político de que tudo pode ser remexido e reordenado, inclusive o próprio curso de Letras. Nesse sentido, convém abrir uma reflexão sobre o perfil profissional desses intelectuais, num momento em que as mudanças no cenário da cultura requerem a ampliação da formação cultural e política das pessoas.

Sabe-se que a formação cultural não se restringe ao meio acadêmico e só termina com a finitude da vida. Estamos o tempo todo se refazendo e aprendendo novas maneiras de se organizar na sociedade. Somos seres dinâmicos, inventivos, produzimos nossas vidas em relação com o outro. No entanto, a academia é fundamental para a construção de novos conhecimentos, tecnologias e intelectuais comprometidos com a organização cultural, política e econômica da sociedade – a sobrevivência humana e a diminuição das assimetrias sociais.

Nessa perspectiva, trazemos aqui Silviano Santiago para situar os descentramentos e multiplicidades nas pesquisas acadêmicas em Letras; Agamben nos ajuda a perceber os desafios dos intelectuais na contemporaneidade, a luta contradispositivos e a “política da amizade”; Antonio Rubim sinaliza as principais políticas do Estado. Em seguida temos uma imagem das *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letra* em cotejamento com o que dizem os pesquisadores da área (Osmar Moreira, Marisa Lajolo, Naiara Clemente) quanto ao campo de atuação dos egressos.

## **2 Aromas teóricos e interfaces**

A noção de cultura que norteia esse estudo, se inscreve na esteira antropológica como conjunto dos “modos de viver” das pessoas em interação na sociedade, na dimensão *tripartite*: simbólica (capacidade imanente dos indivíduos de simbolizar e produzirem socialmente seu imaginário e práticas culturais); cidadã (direito não só ao consumo dos bens culturais, mas também a produção e circulação de suas produções artísticas) e econômica (entendimento do trabalho como produção de riqueza, isto é, geração de renda por meio da economia criativa). (RUBIM, 2010). Essa acepção orientou a construção da política cultural, mas antes de adentrar em tais questões veremos o momento da virada dos estudos da crítica literária para a crítica cultural.

Silviano Santiago (2004) ao tratar da democratização cultural do Brasil, pós 1964, demonstra que o debate amplo e aberto não se daria pelos relatos dos ex-combatentes contra a ditadura militar, nem pela teoria sociológica, mas pelo campo da arte, isto é, como fenômeno “multicultural”. A literatura até então tinha o prestígio maior em relação às demais produções artísticas, mas nesse contexto ela “abandonava o palco privilegiado do livro para se dar no cotidiano da Vida”. Desse modo, no final da década de 70 e início dos anos 80, o “mal-estar dos intelectuais” frente às práticas acadêmicas suscitam reflexões universitárias e mudanças metodológicas na esteira antropológica. Isso desestabiliza a noção de Literatura, concebida pelos teóricos das Faculdades de Letras nacionais e estrangeiras, que estavam presos nos estudos estruturalistas, formalismo russo e nas *belles lettres*. (SANTIAGO, 2004, p.137-138)

Os intelectuais acadêmicos passam a “estudar seu próprio universo”, a cultura de massa, a cultura popular, as políticas de identidades, ou melhor, as produções das margens passam a ser problematizadas. Os projetos científicos dos pesquisadores de Letras têm sido cada vez mais voltados para as questões de identidade étnica racial, de gênero, desigualdades sociais etc. As produções culturais que atuam nas margens da sociedade também vêm sendo estudadas e inseridas no contexto acadêmico. Dessa maneira, os estudos literários e não-literários mostram que o cultural e o político não estão dissociados no “jardim das Letras”, pois não se trata mais de opor linguagem e sociedade, crítica literária e crítica cultural.

Segundo Reinaldo Marques (1999, p. 66-67), o diálogo entre a literatura comparada e os estudos culturais, por conta da sua dimensão interdisciplinar, possibilita a inclusão do “pessoal como político”, ou melhor, a luta pelos direitos humanos. A ausência de fixidez epistemológica não só apresenta-se como um constante perigo constituindo a sua fraqueza, mas, por outro lado, o diálogo permanente com outras disciplinas configura a sua força. Desse modo, nos mostra Marques que a interdisciplinaridade é uma possibilidade de enfrentamento das novas questões que surgem, pois colocam em suspenso os limites da crítica tradicional fechada. Essa abertura facultada a experimentação de novos métodos e inovação no campo das Letras na contemporaneidade.

Agamben, no texto “O que é o contemporâneo e outros ensaios”, evidencia que ser contemporâneo não tem relação com o tempo cronológico, envolve tanto a aderência ao tempo quanto o seu distanciamento. Também ser contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo e consegue ver na escuridão a “resoluta luz”, e, por conseguinte, pode transformá-lo. Contudo, para perceber esse escuro é preciso antes neutralizar as luzes da época para descobrir as suas trevas. Isso requer um ato de coragem, ou melhor, “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar”. (AGAMBEN, 2009, p. 59-72)

Então, é preciso ampliar o nosso olhar temporal sobre as coisas, ou melhor, os documentos, os arquivos, a arte, a política, a cultura, o ensino etc., as quais exigem uma escuta sensível e uma ação política, tendo em mente que por toda parte circulam os dispositivos que inviabilizam as práticas libertárias que defendem a vida. Ponderando ainda que os vestígios, resíduos do descaso com o campo das Letras têm suas raízes nos “despejos” linguísticos, literários e culturais, pode-se dizer que aquilo que impediu a potência das Letras no passado podem ainda estar atuando no presente.

Conforme Agamben, na fase atual do desenvolvimento do capitalismo os dispositivos são “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Para ele, isso requer estratégias urgentes, uma luta de corpo a corpo com os dispositivos. Nesse sentido, o autor propõe a profanação a qual atua como um contradispositivo e “restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido”. (idem, p.40 e 45)

Se os direitos culturais têm sido separados dos sujeitos, se as produções culturais das minorias sociais são escamoteadas, se estes não podem produzir sua obra de arte (criação poética) por falta de investimentos, se há uma divisão e separação da produção cultural (elite culta e massa “inculta”) que inviabiliza o acesso à produção cultural em sua totalidade, se há o ilusionismo reforçado de que todos têm acesso aos meios de produção e consumo cultural (CHAUI, 2009), se o abandono cultural nas escolas é tão gritante, é possível dizer que precisamos ampliar o debate acerca das políticas culturais e de contradispositivos, visando à restituição dos direitos humanos e culturais.

A política não é só a arte de administrar e regular a vida na *polis* por meio da representação, mas também diz respeito à “*cotidianizar a política* e politizar o cotidiano”, como diz Caetano Veloso (In: SANTIAGO, 2004). Cotejando ainda que todas as questões que dizem respeito a nossa vida é decidida no âmbito da política representativa, talvez seja relevante pensar a política dentro da esfera representativa, na esfera inter-representativa e fora da esfera representativa. Desse modo, entendemos política aqui no sentido amplo: como cuidado da vida que tange toda a sociedade em coletivo; política do pensamento (criação artística, liberação do ato de pensar); participação da cidadania em todos os aspectos da vida democrática; como reivindicação de direitos e necessidade

de criação de novos direitos.

Segundo Zygmunt Bauman (2008), na “segunda modernidade” a sociedade se tornou individualizada, o que provocou o atrofiamento do espaço público, que passa a ser colonizado pelo privado. Uma vez que a “economia política particular” teve como consequência a “perda de poder da política”. A insegurança, a ansiedade, a competitividade, a crise do mercado no mundo, a crescente pobreza, a “perda de controle do presente”, dentre outras imprevisibilidades globais, esvaziam a vontade política das pessoas e desintegram a cidadania, pois elas deixam de acreditar na coletividade e no seu poder de transformar as coisas. Talvez o desafio seja reconquistar a autonomia dos cidadãos e pensar em como restituir os locais públicos na cidade. (BAUMAN, 2008, p. 68-73)

No mês de junho, de 17 a 24, do ano corrente, os manifestantes brasileiros que se encontram saturados com a política governamental do país, os quais também sofrem de afasia como no “Castelo dos Destinos Cruzados” de Ítalo Calvino (2009), em que os viajantes estão impossibilitados de dizer, mas que por meio das cartas de tarô e gestos contam suas vidas, através de um ato de “profanação”, eles trouxeram seus cartazes de indignação diante de tanto descaso do governo em relação aos seus direitos básicos: mobilidade urbana (direito de ir e vir), transporte público, educação, saúde, dentre outros. Na Copa das Confederações, expuseram sua revolta contra a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo, que será realizada em 2014, e com os ditames da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado). Assim, a sociedade individualizada se contrasta com a necessidade urgente de exigir os direitos essenciais das pessoas.

Em Agamben, temos uma noção de política da amizade que não se confunde com cordialidade, mas que se trata da política da existência. “Os amigos são *condividem* algo (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são *condivididos* pela experiência da amizade”, portanto, a amizade diz respeito à partilha da existência. Nos diz o autor: “aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse com-sentir originário que constitui a política”. (AGAMBEN, 2009, p. 92). Talvez esse seja o desafio da formação cultural (acadêmica) no tempo presente: possibilitar a luta contradispositivos e usar a estratégia da profanação para fazer emergir a política da amizade. Isto é, uma formação cultural para a política do com-sentir, da existência e, assim, restituir os direitos humanos ao uso comum.

No que tange as políticas culturais do país, Antonio Rubim (2010, p. 17-18) aponta que as políticas que assumem lugar central nas políticas de Estado são: Plano Nacional de Cultura (PNC); Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150, o qual prevê o orçamento mínimo de 2% do orçamento nacional, 1,5% dos orçamentos estaduais e 1% dos orçamentos municipais para a cultura de modo permanente. Contudo, não sabemos o impacto dessa conquista no país e das outras políticas culturais que vêm sendo desenvolvidas, mas

se as pessoas não participarem desse processo todo esse esforço pode ser cooptado.

Rubim, citando Isaura Botelho (2010, p. 15), afirma que a política cultural pensada de forma abrangente apenas terá êxito se for “assumida pelo governo em sua totalidade e mesmo em parceria com a sociedade”. As políticas públicas é ação do Estado com a articulação, debate e interesse da sociedade civil, portanto podemos inferir que sem a participação efetiva das pessoas não há políticas públicas, e sim o autoritarismo de governantes. Nessa perspectiva, todos os indivíduos têm o direito a uma formação acadêmica que lhe prepare para gerenciar e não simplesmente para ser gerido. Assim, é fundamental ampliar o interesse coletivo pelo nosso fazer cultural.

Também as políticas do Estado devem criar diversas frentes de trabalhos relacionados com a cultura literária e não-literária, na qual os intelectuais que já lidam com a cultura da linguagem e seus aspectos de hibridação cultural, podem muito contribuir para o fortalecimento da “cidadania cultural”. Imaginemos oficinas literárias que não só tratem do estético, mas também do político nos bairros, nas associações de moradores, movimentos populares. Certamente, as práticas simbólicas seriam multiplicadas e haveria um esforço para buscar maneiras de restituição dos direitos.

Dado exposto, a universidade é um espaço múltiplo e os estudos acadêmicos podem incluir em seus roteiros questões como descolonização, reparação cultural, antirracismo, feminismos, inclusive novas formas de atuação na organização das políticas públicas. Nesse sentido, supomos que o curso de Letras pode ser intempestivo, diante das mudanças não só em seu interior, campo teórico interdisciplinar, mas também no que tange a criação de novos campos de trabalhos. Portanto, torna-se relevante verificar se há ou não nas *Diretrizes Curriculares* brechas para que o curso de Letras possa se mover entre as coisas e criar outra série profissional e política.

### **3 Nas folhas, nas linhas, perfil de Letras**

Tendo em vista que os cursos de Letras lidam com a invenção mais complexa da humanidade: a cultura da linguagem, considera-se que diante das mudanças no campo teórico, que tem se tornado cada vez mais interdisciplinar, e das políticas emergentes de Estado, os campos floridos das Letras pode inovar o seu campo de atuação. Nessa perspectiva, trazemos uma imagem das *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras* na tentativa de mostrar o discurso político que perpassa no mesmo em cotejamento com o que dizem os pesquisadores da área de Letras.

No texto introdutório das *Diretrizes Curriculares*, dois patamares distintos se apresentam: 1) preocupação com o “mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional” e 2) “espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos”. No entanto, sabe-se que a universidade tem “funções múltiplas” e, para além do mercado produtivo, ela é um “instrumento de cidadania”.

As *Diretrizes Curriculares* partem da premissa de que “A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas”, assim postula que a estrutura dos cursos de graduação de Letras deve ser flexível. Essa flexibilização implica em: facultar opções de conhecimentos e de atuação do profissional no mercado de trabalho; desenvolver as habilidades e competências para o êxito no desempenho profissional; promoção da autonomia do aluno; articulação entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive articulação com a pós-graduação; “propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior (IES) definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio”.

Em relação à noção de currículo, as *Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior*, aborda o currículo “como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada”, cuja natureza deve ser teórica e prática, composto pelo conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e pelos objetivos que buscam alcançar. Vejamos a definição de currículo:

(...) define-se **currículo** como *todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais. (DIRETRIZES CURRICULARES - CNE/CES 492/2001)

O entendimento de currículo numa perspectiva acadêmica curricular, isto é, como um arcabouço de conhecimentos que faculta habilidades e competências para a formação do profissional, restringe aquilo que antes ele propôs “um currículo como construção cultural”. Se o currículo é construído a partir de concepções limitadoras, teremos pessoas alienadas, desprovidas de uma formação cultural, autônoma, crítica e política. Contudo, o currículo é um campo aberto a ser problematizado pelas IES, pois cabe a elas construí-lo.

Sobre as competências e habilidades as *Diretrizes Curriculares* postulam que:

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela. Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades. (DIRETRIZES CURRICULARES - CNE/CES 492/2001)

Se, por um lado, a generalização pode se mostrar preocupante, o que pode colocar em risco a competência do profissional de Letras, por outro, torna-se um campo aberto para a formação interdisciplinar condizente com as diferenças culturais e ampliação da atuação desses intelectuais.

Se houver uma formação cultural e interdisciplinar, que não se permita reconduzir ao *uno* (totalização do saber), mas que atravesse territórios e se conecte ao múltiplo, é possível que o egresso incorpore uma posição política, *poética*, em qualquer campo de trabalho.

Como sabemos, a noção de hibridismo de Bhabha aponta a “autoridade do signo”, as práticas normalizantes e hegemônicas, a desigualdade política. O híbrido abre o espaço para a negociação, ao revelar que o poder é desigual, mostra que este pode ser questionado. Sendo o hibridismo o local de encontros e de fronteiras entre as culturas, ele traz à tona “o fora do dentro” e a “parte do todo”. (BHABHA, 2011) Sendo relevante problematizar o que tem ficado de fora da formação em Letras e do campo de atuação desses profissionais.

Conforme Marisa Lajolo (2013, p. 4-5), os cursos de Letras no contexto da sua implantação no país a partir da década de trinta passaram pela dilaceração entre “ser e não ser”, assumindo um caráter dicotômico: bacharelado versus licenciatura; transformações do mercado versus a qualificação da formação docente; ensino da língua versus literatura. No entanto, eles têm buscado ao longo do tempo “ajustar-se ao mercado de trabalho docente”, no sentido de resolver sua crise por meio da substituição e inclusão de disciplinas. Contudo, afirma a autora que “A questão não é curricular. É estrutural. Nasce e desemboca na forma de inserção do curso de Letras na sociedade brasileira contemporânea”. Isso demonstra que nem tudo são flores no jardim das Letras.

Para Osmar Moreira, a reforma curricular em vigor teve perdas e ganhos. Aponta que o ensino, a pesquisa e extensão faculta uma licenciatura que pesquise, mas faz uma ressalva: “contanto que não falem professores, livros, computadores”. Sendo fundamental articular educação e cultura no sentido de criar nas escolas públicas um lugar permanente de debate e de agitação cultural. No contexto das política culturais no país, sugere que os egressos de Letras para além de serem professores de língua e suas respectivas literaturas, também possam atuar como: “arquivistas, bibliotecários, web designers, ecologistas, produtores, gestores, agitadores ou mesmo engenheiros/as de produção cultural”. (MOREIRA, In: LIMA, 2010, p. 181 e 191)

Argumenta ainda em favor da criação de Núcleo de Cultura nas escolas como espaço de experimentação artística, crítica e política. Ele afirma que para além de promover a pesquisa sobre a cultura no município e o envolvimento com a política cultural, em parceria com a universidade, esse Núcleo Cultural poderia articular linhas de pesquisas permanentes, debates, encontros culturais, festivais artísticos e culturais em intercâmbio com as demais escolas e bairros, fortalecendo a política cultural democrática e instaurando outra ordem cultural. (MOREIRA, 2010, p. 37-39)

Já a Prof<sup>a</sup> Naiara Pedon C. Clemente (2013), no texto “Curso de Letras: o impasse entre o declínio e a esperança por dias melhores”, questiona: “Quais são os cenários que favorecem o profissional de Letras?”. Ela aponta que não entende as razões para a extinção destes cursos, vez

que o mercado se apresenta tão promissor. Conforme Clemente:

O mercado editorial, pois a atuação é ampla, já que o profissional poderá atuar em todas as etapas dos processos editoriais; devemos ressaltar a produção de textos digitalizados para as novas tecnologias, como tablets, e-readers, livros eletrônicos e outros (...). Tal situação requer profissionais com habilidades para trabalhar com essas novas tecnologias, atualmente bastante vinculadas a trabalhos como revisões, traduções, revistas acadêmicas, revisão de artigos, monografias, cursos de línguas e outros. (...) a docência ainda é um mercado consolidado, em que bons profissionais constroem e desenvolvem a sua profissão. (CLEMENTE, 2013, p. 2)

Cabe notar que Moreira e Clemente não reduz o campo de atuação dos profissionais com licenciaturas, embora isso esteja mais evidente em Moreira. Vale destacar, na citação de Clemente, a exigência do mercado de trabalho por profissionais com habilidades nas novas tecnologias, o que dialoga com a legislação. A afirmação de Moreira reveste-se de grande importância por tocar no ponto central, isto é, o fortalecimento da política cultural e democrática. Enquanto que Lajolo nos faz perceber que não basta redimensionar o currículo, pois a questão é estrutural.

Salienta-se ainda que para funcionar uma política cultural no sentido antropológico de cultura – como modo de vida (simbólico, cidadão e econômico), é preciso que toda a sociedade, principalmente a escola e demais instituições de ensino também se tornem agentes de mobilização cultural. O Estado precisa “qualificar os profissionais envolvidos em todas as cadeias produtivas da cultura – desde o artista e artesão, ao produtor, gestor etc. –”, inclusive o professor pesquisador. Isso “é uma variável fundamental quando se pensa na cultura como um fator estratégico.” (LEONARDO, In: RUBIM, 2010, p. 81)

Dado exposto, ao conferir a flexibilização curricular, uma licenciatura que pesquisa, a autonomia, as *Diretrizes Curriculares* sugere deslocamentos. Isso supõe que o discurso que perpassa no seu interior seja político. Mas apenas deslocar é um ato político? Tais mudanças curriculares atribuem ao curso um caráter político e científico. Já em relação à dicotomia: preocupação com o mercado de trabalho (capitalístico) versus o desenvolvimento da “imaginação criativa” (que pode ser lido como a política do pensamento) dos egressos; demonstra, até aqui, que não alcança uma crítica politizada, mas também não impedem que os colegiados de Letras das IES a construam.

Em relação às interpretações dos pesquisadores, acerca do perfil profissional de Letras, estes percebem que as *Diretrizes Curriculares* trouxeram avanços significativos para o campo das Letras, mas o perfil profissional ainda precisa se abrir para as novas demandas culturais e do mercado. Dessa maneira, não bastam criar as leis, os cursos de Letras precisam avançar mais em suas atribuições, como sugerem os pesquisadores: identificar a sua “natureza” estrutural e institucional, criar novos campos de trabalhos para os egressos dos jardins das Letras, ampliando o alcance da sua



formação política e cultural.

#### **4 Por novas flores nos jardins das Letras**

Diante de uma sociedade individualizada e sacrificada pelos dispositivos que atuam “em qualquer lugar”, principalmente para enfraquecer as pressões democráticas, e por conta do “maciço afastamento da política e da cidadania responsável”, a formação intelectual/cidadã de Letras tem como desafio “desfazer ou cortar este nó górdio”. (BAUMAN, 2008, p. 75 e 77) As Instituições de Ensino Superior, ao definirem o perfil profissional da área, precisam levar em conta esses desafios, as demandas culturais que surgem, o que pode uma licenciatura que pesquisa, a ampliação da participação das pessoas nos processos das políticas públicas culturais e na abertura no campo de atuação desses profissionais.

Se de um lado há a preocupação das *Diretrizes Curriculares* com o mercado de trabalho, de outro também ela afirma uma formação cultural que deve estar para além do mercado capitalístico. E quando pensamos numa formação em políticas culturais, diante da institucionalização da malha cultural, não se pensa meramente em uma formação de técnicos que vão manipular projetos e editais culturais, formulários e relatórios, sem reflexão crítica, mas numa atuação teórica e política que almeje a democratização cultural.

Ora: pensa-se numa instrumentalização teórica e prática para lidar com as políticas públicas para a leitura, o livro, as bibliotecas públicas, a literatura e outras artes, fortalecendo a luta pelos direitos culturais de toda a sociedade, em especial as vozes excluídas. Isso não implica em democratizar a arte da elite como fizeram as vanguardas, mas de “agenciamentos híbridos” (BHABHA, 2011) por uma democratização dos meios de produção da arte das minorias sociais. Em outras palavras: pensar em democracia cultural não se resume a ampliação do consumo, mas, sobretudo, a ampliação dos meios de produção cultural, isto é, a restituição dos direitos culturais de toda a sociedade.

Nesse sentido, supomos que uma formação literária e cultural que também estude as políticas públicas culturais na licenciatura podem tanto abrir possibilidades para que as pessoas detenham o poder de interpretar e usar signos, quanto às formas de organização da cultura. Supõe-se que se os intelectuais de Letras tiverem uma formação também em políticas culturais, podem fazer florescer tanto nos campos das Letras como da cultura, a primavera da “cidadania cultural”, uma nova política que mude a “experiência do tempo”.

Em suma, supomos através desse estudo que os cursos de Letras ainda podem avançar mais em suas atribuições se houver uma formação cultural política que lhe dê instrumentos para “profanar” (AGAMBEN, 2009) e criar estratégias para uma atuação mais efetiva desses intelectuais

não só no ensino da cultura da linguagem, mas também no campo cultural. Espera-se que essa reflexão contribua de algum modo com o debate acerca das novas flores no campo profissional de Letras.

## Referências

- 1] AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- 2] BAUMAN, Zygmunt. Liberdade e segurança: a história inacabada de uma união tempestuosa. In: *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- 3] BHABHA, Homi K. O entrelugar das culturas. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos de Homi Bhabha*. Tradução: Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, pp. 80-94.
- 4] CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- 5] CALVINO, Italo. *O castelo dos destinos cruzados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- 6] CLEMENTE, Naiara Pedon Carvalho. *Curso de Letras: o impasse entre o declínio e a esperança por dias melhores*. Disponível em: <[http://www.redemebbox.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27004:curso-de-letas-o-impasse-entre-o-declinio-e-a-esperanca-por-diasmelhores&catid=320:312&Itemid=21](http://www.redemebbox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27004:curso-de-letas-o-impasse-entre-o-declinio-e-a-esperanca-por-diasmelhores&catid=320:312&Itemid=21)> Acesso: 02 jun. 2013.
- 7] LAJOLO, Marisa. *No jardim das Letras, o pomo da discórdia*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html>> Acesso: 02 jun. 2013.
- 8] MARQUES, Reinaldo. Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares. In: CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, p. 58-67.
- 9] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso: 06 jun. 2013.
- 10] MOREIRA, Osmar. *Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2010.
- 11] \_\_\_\_\_. *Crítica Cultural: campos de trabalho e trabalhos de campo*. In: LIMA, Ari; COSTA, Edil (Orgs.). *Estudos de crítica cultural: diálogos e fronteiras*. Salvador: Quarteto, 2010.
- 12] RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- 13] SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil - 1979-1981. (Cultura versus Arte). In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG 2004.

---

i **Evanildes Teixeira da Silva, Mestranda.**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus II)  
E-mail: evanildesteixeira@gmail.com

ii **Osmar Moreira dos Santos, Prof. Dr.**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus II)  
E-mail:osmar.moreira@uol.com.br